



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório dos Auditores Independentes
e Relatório da Administração



Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)	5
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 10)	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	10
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	10
NOTA 04 - CONTAS A RECEBER	13
NOTA 05 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	13
NOTA 06 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	15
NOTA 07 - EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)	15
NOTA 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
NOTA 9 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	15
NOTA 10 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO	16
NOTA 11 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES	16
NOTA 12 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS	16
NOTA 13 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	16
NOTA 14 - COBERTURA DE SEGUROS	16
NOTA 15 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	17
NOTA 16 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	17
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	21

Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2016 e 2015



DADOS DA INSTITUIÇÃO

Sede Matriz:

Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

CNPJ 15.116.763/0001-70

Rua João Carlos de Souza Castro, 562 – Guabirota – Curitiba / PR

Sedes Filiais:

Clinica Adventista de Curitiba

CNPJ 15.116.763/0004-12

Alameda Julia da Costa, 1447 – Bigorriho – Curitiba / PR

Clinica Adventista de Porto Alegre

CNPJ 15.116.763/0003-31

Rua Matias José Bins, 581 – Três Figueiras - Porto Alegre / RS

Clinica Adventista Bom Samaritano

CNPJ 15.116.763/0002-50

Rua Irmã Maria José Trevisan, 45 – Farrapos - Porto Alegre / RS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.




Marlinton Souza Lopes
Presidente



Charles Campanelli
Diretor



Edson Erthal de Medeiros
Administrador



Arnaldo Andrade de Oliveira Lana
Contador
CRC/RS 050929/O-5 T-PR



Pablo Leonardo de Lima Ramos
Controller
CRC/PR 063935/O-1



BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total		13.884.373	11.090.130
1.01	Ativo Circulante	03.1	4.217.745	3.059.450
1.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	03.3	2.070.704	959.419
1.01.01.01	Caixa		2.631	2.400
1.01.01.02	Banco Conta Movimento		282.423	240.815
1.01.01.03	Banco Conta Aplicações		1.785.650	716.204
1.01.02	Contas a Receber	03.4 e 4	2.031.216	1.458.821
1.01.02.01	Serviços de Saúde		2.069.827	1.496.438
1.01.02.02	Clientes		1.538	3.108
1.01.02.03	Adiantamentos a Pessoal		10.381	10.021
1.01.02.04	Entidades Congêneres		39.955	39.986
1.01.02.05	Outros Créditos		34.271	13.158
1.01.02.06	(-) Deduções Crédito Liquidez Duvidosa	03.5	(124.756)	(103.890)
1.01.03	Estoques	03.6	55.753	42.907
1.01.03.01	Materiais de Consumo		55.753	42.907
1.01.04	Despesas Antecipadas		60.072	598.303
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	03.7	60.072	598.303
1.02	Ativo Não Circulante	03.1	9.666.628	8.030.680
1.02.01	Realizável a Longo Prazo		0	0
1.02.02	Imobilizado	03.8 e 05	9.663.781	8.030.680
1.02.02.01	Bens em Formação		232.580	0
1.02.02.02	Terrenos		7.327.780	6.013.264
1.02.02.03	Edifícios		1.214.150	1.214.150
1.02.02.04	Móveis e Utensílios		356.766	320.930
1.02.02.05	Máquinas e Equipamentos		1.971.463	1.643.317
1.02.02.06	(-) Depreciação Acumulada		(1.438.958)	(1.160.981)
1.02.03	Intangível	05	2.847	0
1.02.03.01	Direitos de Uso de Softwares		49.438	45.338
1.02.03.02	(-) Amortização Acumulada		(46.591)	(45.338)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total		13.884.373	11.090.130
2.01	Passivo Circulante	06	1.623.897	1.237.778
2.01.01	Contas a Pagar		1.494.769	1.187.407
2.01.01.01	<i>Fornecedores de Materiais e Serviços</i>		645.406	634.277
2.01.01.02	<i>Obrigações Tributárias</i>		452.470	450.020
2.01.01.03	<i>Obrigações Trabalhistas</i>		55.206	46.482
2.01.01.04	<i>Obrigações com Empregados</i>		45.114	41.756
2.01.01.05	<i>Entidades Congêneres a Pagar</i>		914	0
2.01.01.06	<i>Fundos em Confiança</i>		27.035	12.407
2.01.01.07	<i>Outras Contas a Pagar</i>		268.624	2.465
2.01.02	Provisões	11	129.128	50.371
2.01.02.01	<i>Provisões para Contingências</i>		129.128	50.371
2.02	Passivo Não Circulante		4.366.341	3.040.000
2.02.01	Exigível a Longo Prazo		4.366.341	3.040.000
2.02.01.01	<i>Empréstimos</i>	07	4.366.341	3.040.000
2.03	Patrimônio Líquido	08	7.894.135	6.812.352
2.03.01	Patrimônio Social		7.525.786	6.723.091
2.03.01.01	<i>Patrimônio Social</i>		7.525.786	6.723.091
2.03.02	Reservas		368.349	89.261
2.03.02.01	<i>Outras Reservas</i>		368.349	89.261

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
3.01	Receitas Operacionais	03.13	10.663.423	10.804.997
3.01.01	Receitas de Serviços e Contribuições		10.149.376	7.627.044
3.01.01.01	Serviços de Saúde		10.308.052	7.907.650
3.01.01.02	Serviços de Saúde Gratuitos		10.269	5.270
3.01.01.03	(-) Descontos, Abatimentos e Deduções		(168.945)	(285.876)
3.01.02	Receitas de Doações, Subvenções e Outras		514.047	3.177.953
3.01.02.01	Subvenções Não Governamental - Sem Res		471.723	3.152.000
3.01.02.02	Doações Recebidas – Sem Restrições		324	0
3.01.02.03	Outras Receitas Operacionais		42.000	25.953
3.02	Resultado Bruto		10.663.423	10.804.997
3.03	Despesas Operacionais		(9.862.642)	(7.727.461)
3.03.01	Despesas Operacionais		(9.862.642)	(7.727.461)
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		(2.198.097)	(1.743.241)
3.03.01.02	Encargos Sociais e Previdenciários		(438.207)	(367.190)
3.03.01.03	Administrativas e Gerais		(5.803.767)	(4.623.532)
3.03.01.04	Despesas com Materiais		(337.698)	(282.352)
3.03.01.05	Conservação e Manutenção		(729.907)	(407.569)
3.03.01.06	Depreciação e Amortização		(281.997)	(230.426)
3.03.01.07	Encargos Tributários		(13.199)	(13.408)
3.03.01.08	Assistência e Orientação Social		(49.501)	(54.473)
3.03.01.09	Aplicado em Gratuidade na Saúde		(10.269)	(5.270)
3.04	Resultado Operacionais		800.781	3.077.536
3.05	Resultado Financeiro e Patrimonial		151.324	104.801
3.05.01	Receitas e Despesas Financeiras		146.116	105.151
3.05.01.01	Receitas Financeiras		146.463	105.473
3.05.01.02	Despesas Financeiras		(346.63)	(322)
3.05.02	Receitas e Despesas Patrimoniais		5.207	(350)
3.05.02.01	Receitas Patrimoniais		5.207	380
3.05.02.02	Despesas Patrimoniais		0	(730)
3.06	Resultado Outras Receitas e Despesas	12	129.678	110.133
3.06.01	Outras Receitas e Despesas		129.678	110.133
3.06.01.01	Outras Receitas		137.531	133.810
3.06.02.01	Outras Despesas		(7.853)	(23.677)
3.07	Superávit do Resultado do Exercício	13	1.081.783	3.292.470

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 10)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Último Exercício 31/12/2015
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.700.123	4.081.767
4.01.01	Resultado do Exercício Ajustado	1.460.637	3.522.242
4.01.01.01	Superávit do Exercício	1.081.783	3.292.470
4.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	277.980	228.927
4.01.01.03	Amortização do Intangível	1.253	365
4.01.01.04	Provisão/Reversão Créditos de Liquidez Duvidosa	20.865	46.200
4.01.01.05	Provisão/Reversão Contingências	78.756	(45.720)
4.01.02	(Aumento) Redução Ativos Circulantes	(67.876)	154.064
4.01.02.01	Contas a Receber	(593.261)	405.465
4.01.02.02	Estoques	(12.846)	(12.174)
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	538.231	(239.227)
4.01.03	Aumento (Redução) Passivos Circulantes	307.362	405.461
4.01.03.01	Fornecedores de Materiais e Serviços	11.129	171.873
4.01.03.02	Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Empregados	14.532	244.589
4.01.03.03	Fundos em Confiança e Outros	281.701	(11.001)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(1.915.179)	(6.294.145)
4.02.01	(Acréscimo) Redução nos Investimentos	(1.915.179)	(6.294.145)
4.02.01.01	Investimento	0	1.654
4.02.01.02	Imobilizado	(1.911.079)	(6.295.799)
4.02.01.03	Intangível	(4.100)	0
4.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamentos	1.326.341	2.040.000
4.03.01	Acréscimo (Redução) de Financiamentos	1.326.341	2.040.000
4.03.01.01	Captação de Empréstimos	1.326.341	2.040.000
4.04	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	1.111.285	(172.378)
4.04.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	959.419	1.131.797
4.04.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.070.704	959.419

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição	Patrimônio Social	Outras Reservas	Superávit (Déficit)	Patrimônio Líquido
5.00	Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2014	3.058.039	461.843		3.519.882
5.01.01	Superávit/Déficit do Período			3.292.470	3.292.470
5.01.02	Recursos de Superávit com Restrição			0	0
5.01.03	(-) Reversão de Recursos com Restrição		(372.582)	372.582	
5.01.04	Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	3.665.052		(3.665.052)	0
5.01	Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.723.091	89.261		6.812.352
5.02.01	Superávit/Déficit do Período			1.081.783	1.081.783
5.02.02	Recursos de Superávit com Restrição		279.088	(279.088)	
5.02.03	(-) Reversão de Recursos com Restrição		0	0	0
5.02.04	Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	802.695		(802.695)	
5.02	Saldo Final em 31 de dezembro de 2016	7.525.786	368.349	0	7.894.135

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE, denominada nas demonstrações como Instituição, é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativos, de natureza jurídica filantrópica, instituída pela Organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia, e tem por objetivos e propósitos estatutários a promoção da saúde, com atuação nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, nas cidades dos estabelecimentos relacionados na página 3. Atualmente está se organizando para buscar a certificação da filantropia, seguindo os ditames do artigo 4º da lei nº 12.101/2009, alterada pela lei nº 12.868/2013. E ainda possui inscrição no CNES de nº 7266170. A Entidade de saúde realiza de forma adequada o recolhimento da cota patronal previdenciária para o INSS bem como a contribuição para o Programa de Integração Social - PIS.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determinam a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.



A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de saúde no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços. O saldo corresponde a recursos investidos na reestruturação da unidade de check-up que iniciará as suas atividades no próximo exercício.

03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são



lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida a demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando a taxa de juros efetiva.

03.11 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.12 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.13 Reconhecimento das Receitas: A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de saúde no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;



- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

03.14 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

03.15 Eventos Subsequentes: A Instituição não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2016	31/12/2015
Convênios de Planos de Saúde a Receber	1.740.291	1.312.825
Glosas Recursáveis de Planos de Saúde a Receber	329.536	183.614
Cientes Particulares a Receber	1.538	3.108
Adiantamentos para Funcionários	10.381	10.021
Entidade Congêneres a Receber	39.955	39.986
Operadoras de Cartões a Receber	16.342	13.157
Depósitos Judiciais a Receber	17.929	0
(-) Deduções de Créditos de Liquidação Duvidosa	(124.756)	(103.890)
Total a Receber Líquido	2.031.216	1.458.821

NOTA 05 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.



Imobilizado	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	513.264	836.608	115.557	370.106	128.274	0	1.963.809
Aquisições e Baixas	5.500.000	0	82.946	574.243	139.744	0	6.296.933
Depreciações	0	(48.566)	(23.122)	(71.133)	(87.240)	0	(230.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.013.264	788.042	175.381	873.216	180.778	0	8.030.681
Custo do Imobilizado	6.013.264	1.214.150	320.930	1.201.278	442.039	0	9.191.661
Depreciação Acumulada	0	(426.108)	(145.549)	(328.062)	(261.261)	0	(1.160.980)
Valor Residual	6.013.264	788.042	175.381	873.216	180.778	0	8.030.681
Saldos em 1º de janeiro de 2016	6.013.264	788.042	175.381	873.216	180.778	0	8.030.681
Aquisições e Baixas	1.314.516	0	35.837	215.515	112.631	232.580	1.911.079
Depreciações	0	(48.567)	(26.483)	(113.412)	(89.518)	0	(277.980)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	7.327.780	739.476	184.735	975.319	203.891	232.580	9.663.781
Custo do Imobilizado	7.327.780	1.214.150	356.766	1.416.793	554.670	232.580	11.102.739
Depreciação Acumulada	0	(474.674)	(172.031)	(441.474)	(350.779)	0	(1.438.958)
Valor Residual	7.327.780	739.476	184.735	975.319	203.891	232.580	9.663.781

b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.

Intangível	Softwares	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	365	365
Amortizações	(365)	(365)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	0	0
Custo do Intangível	45.338	45.338
Amortização Acumulada	(45.338)	(45.338)
Valor Residual	0	0
Saldos em 1º de janeiro de 2016	0	0
Aquisições e Baixas	4.100	4.100
Amortizações	(1.253)	(1.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(2.847)	(2.847)
Custo do Intangível	49.438	49.438
Amortização Acumulada	(46.591)	(46.591)
Valor Residual	2.847	2.847



NOTA 06 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores a Pagar	645.406	634.277
Impostos Retidos a Recolher	27.205	24.755
COFINS a Pagar	425.265	425.265
Encargos da Folha de Pagamento a Pagar	52.861	43.494
Salários e Serviços de Terceiros a Pagar	45.114	41.756
Entidade Congêneres a Pagar	3.259	2.988
Seguros a Pagar	840	544
Depósitos Não Identificados	267.783	1.920
Fundos em Confiança Atividades Funcionários	27.036	12.407
Total a Pagar Líquido	1.494.769	1.187.406

NOTA 07 - EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Este item está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo do empréstimo tomado junto à União Sul Brasileira da IASD, que pertence ao mesmo grupo econômico, recurso este utilizado para antecipação de pagamento de um terreno para construção de uma nova unidade de atendimento da Instituição.

Empréstimo	Encargos Anuais	31/12/2016	31/12/2015
Passivo Não Circulante			
União Sul Brasileira da IASD	0%	4.366.341	3.040.000
Total de Empréstimo		4.366.341	3.040.000

O empréstimo de longo prazo tem o seu cronograma de pagamento com início em 2016.

NOTA 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 9 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2016, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos se encontram registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2016. Para o exercício de 2017 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.



NOTA 10 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 11 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2016:

Provisões para Contingências	31/12/2016	31/12/2015
Provisões Trabalhistas	100.000	30.000
Provisões Férias e Encargos	29.128	20.371
Total de Provisões	129.128	50.371

NOTA 12 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Outras Receitas	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos Bancários Não Identificados	0	2.900
Reversões de Provisões	133.890	130.910
Contas Reavidas	3.641	0
Total de Outras Receitas	137.531	133.810

Outras Despesas	31/12/2016	31/12/2015
Contas Incobráveis	(3.951)	(16.847)
Despesas do Exercício Anterior	(3.902)	(6.830)
Total de Outras Despesas	(7.853)	(23.677)

NOTA 13 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2015 foi incorporado ao Patrimônio Social e o Superávit de 2016 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 14 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes



considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 15 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em virtude da Instituição ser sem fins lucrativos, por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

NOTA 16 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2016 e 2015.

Curitiba, 31 de dezembro de 2016.

Arnaldo Andrade de Oliveira Lana

Contador

CRC/RS 050929/O-5 T-PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria da

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE

Curitiba – PR

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 28 de abril de 2016, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 26 de abril de 2017



Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 S-PR - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15

TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1 S-PR
CNPJ 05.750.330/0001-18



Declaração da Administração

31 de dezembro de 2016 e 2015

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como das Notas Explicativas, a diretoria declara que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as descrições expressas nas Notas Explicativas.

Curitiba, 28 de abril de 2017.


Marlinton Souza Lopes
Presidente


Charles Campanelli
Diretor


Edson Erthal de Medeiros
Administrador